

Poder sindical defendido pela Frente assusta o PSDB

Teodomiro Braga e
João Bosco Rabello

BRASÍLIA — O programa de 13 pontos da Frente Brasil Popular é o principal obstáculo encontrado pelos articuladores da adesão do PSDB à candidatura de Lula. O programa tem “divergências fundamentais” com as propostas do PSDB, aponta um documento para discussão interna elaborado pela corrente do partido do senador Mário Covas que é contrária à aliança com a Frente Brasil Popular. O documento acusa o programa da Frente de propor “um poder sindical situado acima dos poderes legalmente constituídos para a representação política e a administração pública”.

Intitulado “Pontos controversos do documento de 13 pontos da Frente”, o texto representa a primeira análise do PSDB sobre o programa de governo da frente que apóia Lula. O programa de 13 pontos foi oficialmente entregue ao presidente do PSDB, Franco Montoro, na quarta-feira passada, por representantes do PT, PC do B e PSB, os três partidos que compõem a Frente Brasil Popular. As declarações de líderes da Frente de que não aceitam alterações no programa irritaram diversos dirigentes do PSDB, que só admitem apoiar Lula se for elaborado novo programa que represente a unidade do chamado “campo progressista”.

Bloco — Essa exigência de mudança no programa da Frente foi referendada ontem pelo PSDB, PDT e PMDB, após vários encontros de seus dirigentes. Eles decidiram formar um bloco progressista com o objetivo de atrair Lula para a elaboração de um programa comum. A expectativa dos líderes desses partidos no início da noite de ontem era de que o candidato da Frente não conseguiria vencer os conflitos internos que vêm inviabilizando a concretização de um acordo amplo com vistas a uma coalizão da esquerda neste segundo turno.

O processo de debate interno no PSDB sobre o segundo turno prosseguiu ontem numa reunião da bancada federal do partido, em Brasília.

A reunião durou três horas e serviu apenas para ratificar a posição manifestada na terça-feira pela Comissão Executiva do partido de descartar qualquer possibilidade de apoio ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. O encontro também cristalizou a divisão em relação ao apoio a Lula.

O ex-senador Franco Montoro, o senador José Richa (PR), a deputada Moema São Thiago (CE), o deputado Euclides Scalco (PR) e o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) alinham-se à corrente que resiste ao apoio a Lula, defendendo a chamada posição de independência, que consiste na liberação das bases no segundo turno. A outra corrente defende um apoio crítico a Lula, reconhecendo que ele é o candidato do “campo progressista”, mas ressaltando as divergências programáticas entre a Frente Brasil Popular e o PSDB. Entre os “tucanos” favoráveis a essa posição, destacam-se os deputados Jorge Hage (BA), Wilson de Souza (RS), Egidio Ferreira Lima (PE) e Saulo Queiroz (MS).

“Não há condições de negociação em cima desse documento de 13 pontos”, garantiu um dos principais dirigentes do PSDB em São Paulo. “Estes 13 pontos são uma loucura”, atacou o deputado Saulo Queiroz. O documento de críticas ao programa já está sendo discutido entre lideranças do partido e deverá ser apresentado na reunião de hoje do diretório regional do PSDB em São Paulo. “Que melhor convite para incendiar o campo?” observa o documento ao abordar a proposta de reforma agrária da Frente Brasil Popular.

O documento dos ‘tucanos’

O documento do PSDB analisando a programa da Frente Brasil Popular será discutido hoje. A seguir, a íntegra do documento:

O problema mais geral, e mais importante, é com a concepção de “democracia popular” manifestada no documento. Trata-se de uma concepção de organização da sociedade em que os trabalhadores organizados sobrepõem-se ao aparato estatal e aos poderes constituídos, condicionando e conduzindo sua ação. Assim, no capítulo da reforma agrária, se afirma que ela será feita “sob o comando dos trabalhadores e contará com amplo apoio do governo” (pág.9).

No capítulo de combate à corrupção, se diz que se “estimulará a multiplicação de alternativas de ação comunitária, desenvolvendo formas de controle social, popular, sobre o Estado” (pág.11). No capítulo sobre democratização do Estado, se afirma que a política de comunicação social será elaborada por um Conselho de Comunicação Social, “composto por trabalhadores da área e representantes das centrais sindicais” (pág.4).

Sobre direitos dos trabalhadores, diz o documento que se “reconhecerá o direito dos trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o Inamps”. Outros exemplos poderiam ser citados, em que a linguagem é mais cuidadosa, mas o sentido é claro: trata-se de ter um poder sindical situado acima dos poderes legalmente constituídos para a representação política e a administração pública.

Que este ponto é básico, fica claro logo no primeiro item do documento, quando se diz que a Frente “incentivará a criação de mecanismos de controle social e de fiscalização social sobre o aparato administrativo do Estado e sobre a economia”. Além dessa divergência fundamental, há uma série de pontos substantivos, em que a colocação das opções de política diferem radicalmente daquelas defendidas pelo PSDB.

Assim, em relação à dívida externa, a proposta é simplesmente a suspensão imediata dos pagamentos referentes a essa dívida, sem distinção entre amortizações ou juros, ou entre credores privados e públicos, ou entre créditos comerciais e créditos de médio prazo. Também sem especificar que se trata de estratégia de negociação, mas de suspensão como um objetivo em si mesmo, na luta contra o FMI e o imperialismo. Ainda por cima, propõe-se a realização de um plebiscito sobre a dívida externa, com o objetivo

de “impulsionar um amplo movimento de massa contra seu pagamento” (pág.8).

A reforma agrária, além de estar sob o comando dos trabalhadores e não do Estado, é vista como um poderoso estímulo à organização e à luta dos trabalhadores rurais. Como se não bastasse essa provocação, entre os três casos listados em que se recomenda a desapropriação, encontra-se o fato de as terras estarem envolvidas em conflitos. Que melhor convite para incendiar o campo?

Na discussão do sistema financeiro, afirma-se que a Frente “aumentará controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção e até à estatização, se necessário” (pág.12). E mais adiante, o calote da dívida interna é pregado de maneira disfarçada, mas decidida, quando se diz que “para reduzir a dívida pública interna, o governo da Frente não permitirá que grandes empresas continuem lucrando na ciranda financeira, e direcionará os investimentos para o setor público, favorecendo pequenas e médias empresas (pág.12). Isto só pode dizer que o dinheiro assim economizado será emprestado para as pequenas e médias empresas.

Em outro capítulo, qualquer forma de privatização é repudiada, ao afirmar-se que a Frente “manterá o setor produtivo estatal em poder do Estado” (pág.11). A política em relação a capital estrangeiro (pág.7) é absolutamente restritiva: a política de comércio exterior, submetida a uma reorientação que só pode ser em direção aos países socialistas e ao Terceiro Mundo (pág.7); a política externa guiada por uma concepção exclusiva de “anti-imperialismo” (pág.13). Ou seja: o que se busca é um fechamento das relações econômicas externas do país em relação aos países ocidentais.

A concepção de política anti-inflacionária exclui qualquer consideração à política fiscal e monetária, somente se referindo a um “ativo” controle de preços (“sustentado na participação popular”), à suspensão dos pagamentos da dívida externa, e à “reversão” de ciranda financeira (pág.6). Não há no documento qualquer preocupação com equilíbrio orçamentário ou em caracterizar de onde sairiam os recursos para a enorme extensão dos programas sociais que é contemplada no documento.

Em suma: caso haja a decisão política de apoiar o candidato da Frente, deve o PSDB imediatamente propor um programa alternativo de governo, que seja compatível com aquele defendido por Mário Covas.